



Sexo Nonsense: Ontologia entre Pulsão e Norma

Nonsense Sex: Ontology between Drive and Norm

Sexo Nonsense: Ontología entre la Pulsión y la Norma

Giovanna Maiuri Prioste ^a , Pedro Eduardo Silva Ambra ^a 

^a Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo retomar a primazia da ausência de sentido como ponto nodal constitutivo da ontologia psicanalítica. Trata-se de um estudo teórico-conceitual qualitativo com um percurso que consiste na revisitação e problematização de conceitos centrais implicados na constituição do sujeito e nas formas de inscrição do sexual na teoria. Analisando criticamente as formas como a psicanálise lida com o campo do sexual na conceitualização teórico-clínica, apontamos como disposições políticas guiaram escolhas conceituais proporcionando leituras normativas e conservadoras sobre a sexualidade. Retomamos a pulsão enquanto conceito fundamental psicanalítico que permeia a emergência do sujeito em sua coexistência com o sexual, a entrada da biopolítica por meio do Complexo de Édipo e as formas de enfrentamento das imbricações do campo do sexual pelo retorno à ausência de sentido ontológico do sexo. Assim, por meio das críticas direcionadas à psicanálise, delimitamos como as contradições relativas ao sexual são intrínsecas ao próprio objeto e à constituição da teoria psicanalítica. Por fim, defendemos que uma posição psicanalítica frente à sexualidade deve sustentar a ausência de sentido do sexo como núcleo ontológico, recuperando a radicalidade do legado freudiano, de modo a evitar que a teoria padeça das mesmas construções e afirmações que critica.

Palavras-chave: psicanálise, sexo, ontologia.

Abstract

This article aims to reclaim the primacy of the absence of meaning as a constitutive node of psychoanalytic ontology. It is a qualitative theoretical-conceptual study whose trajectory consists in revisiting and problematizing central concepts implicated in the constitution of the subject and in the forms of inscription of the sexual within theory. By critically analyzing how psychoanalysis approaches the sexual field in theoretical-clinical conceptualization, we show how political commitments have guided conceptual choices, enabling normative and conservative readings of sexuality. We revisit the concept of the drive as a fundamental psychoanalytic concept that permeates the emergence of the subject in its coexistence with the sexual, as well as the incorporation of biopolitics through the Oedipus Complex and to ways of confronting the sexual field through a return to the ontological lack of meaning of sex. Thus, through critiques directed at psychoanalysis, we delineate how contradictions related to the sexual are intrinsic both to the object and to the constitution of psychoanalytic theory. Finally, we argue that a psychoanalytic position regarding sexuality must sustain the absence of meaning in sex as an ontological core, recovering the radicality of the Freudian legacy to prevent the theory from reproducing the constructions it critiques.

Keywords: psychoanalysis, sex, ontology.

Endereço para correspondência: Giovanna Maiuri Prioste - gi.maiurip@gmail.com

Recebido em: 02/09/2024 - Aceito em: 15/08/2025

Editor associado: Marcos Vinicius Brunhari



Este artigo da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia é licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo retomar la primacía de la ausencia de sentido como punto nodal de la ontología psicoanalítica. Se trata de un estudio teórico-conceptual cualitativo cuyo recorrido consiste en revisar y problematizar conceptos centrales implicados en la constitución del sujeto y en las formas de inscripción de lo sexual en la teoría. Al examinar críticamente cómo el psicoanálisis aborda el campo de lo sexual en la conceptualización teórico-clínica, evidenciamos cómo orientaciones políticas orientaron elecciones conceptuales, permitiendo lecturas normativas y conservadoras de la sexualidad. Retomamos la pulsión como concepto fundamental psicoanalítico que atraviesa la emergencia del sujeto en su coexistencia con lo sexual, la entrada de la biopolítica mediante el Complejo de Edipo y las formas de abordar el campo de lo sexual mediante el retorno a la ausencia de sentido ontológico del sexo. Mediante críticas al psicoanálisis, delimitamos cómo las contradicciones relativas a lo sexual son intrínsecas al objeto y a la constitución de la teoría. Finalmente, sostenemos que una posición psicoanalítica frente a la sexualidad debe sostener la ausencia de sentido del sexo como núcleo ontológico, recuperando la radicalidad del legado freudiano, de modo que la teoría evite incurrir en las mismas construcciones y afirmaciones que critica.

Palabras clave: psicoanálisis, sexo, ontología.

“Falando sério, não é fácil indicar o que constitui o conteúdo do conceito de 'sexual'” (Freud, 2021b, p. 187). Com essa frase Freud abre sua conferência de 1916 intitulada *A vida sexual humana*, na qual explora a importância da sexualidade infantil em relação com a “sexualidade normal”. Para Michel Foucault, a sexualidade normal seria o fruto da sobreposição entre práticas sexuais moralmente prescritas pela veia judaico-cristã do Ocidente, o ideal normativo heterossexual do pacto civilizatório, a reprodução serial - fragmentada em classes para a manutenção de privilégios de certos sujeitos - como horizonte da união de casais e a força motriz da biopolítica ¹ instaurada nos estados modernos para regular a população. Esse conjunto de sobreposições é o que produz, reproduz e regula o que chamamos de sexualidade (Foucault, 2019). Até então os termos como sexualidade e infantil não se vinculavam e operavam sempre de maneira contrária e controversa, Freud (2016) demonstra como existe sexualidade desde a infância dos sujeitos e como não há uma separação entre esta e a sexualidade normatizada. O psicanalista defende que a sexualidade humana está presente desde a primeira infância por meio de sua condição perverso-polimorfa (autoerótica e sem um objeto delimitado), e que, na puberdade, há apenas uma acentuação de práticas sexuais genitalizadas - devido tanto a questões hormonais, quanto à permissividade cultural.

Ao nos debruçarmos sobre a conceitualização psicanalítica, é necessário nos ater ao fato de que ela é proposta e desenvolvida a partir de sua dupla inscrição teórico-clínica. Assim, quando Freud volta seu interesse investigativo para o campo do sexual, ele o faz também desde essa experiência clínica. A investigação segue um movimento de retroalimentação, balizado pelos impasses do conflito sexual inerente ao sujeito em sua constituição. Esse conflito traz as marcas das tentativas reiteradas de captura do sexual por formas de saber externas à psicanálise: como a psiquiatria, a medicina, a biologia e o direito. Isso significa que há algo da ontologia

que perpassa os limites teóricos desses saberes, deixando marcas na medida em que sofre tentativas de captura, e que ressoam pelos aspectos normativos atribuídos ao sexual em seu entendimento como sexualidade (Foucault, 2019). Sendo a psicanálise um saber que se situa dentro do próprio conflito que ela teoriza, as marcas normativas dessas tentativas de captura do sexual coexistem com as investidas disruptivas do sexo paradoxal e sem sentido que emergem na ontologia moderna.

O sujeito em psicanálise não pode ser separado de suas pulsões, já que ontologicamente está vinculado a esse desejo de ser falta-a-ser por sua condição de ser gozante. Nas sobreposições dos domínios, a pulsão se estabelece como esse algo particular que não pode ser definido nem por um sentido delimitado previamente, nem por um sentido arbitrário ou por qualquer sentido - não é qualquer coisa que serve. Essa ausência de sentido que apontamos, esse *nonsense* do sexual, está proximamente atrelada às incursões teóricas lacanianas relativas ao não-senso (Lacan, 2008). O sentido sexual carrega esse potencial significativo presente em parte pela pulsão parcial condicionada à significação fálica daquele sujeito em sua ontologia. Dessa maneira, ao falar sobre o sexual, como atribuído às identificações significantes: “Pode-se explorar os sentidos que elas têm, mas não se pode negligenciar o fato de que, no final, elas não fazem sentido” (Laurent, 1997, p. 45). O *nonsense* comporta a ausência de um sentido enquanto esse ponto nodal paradoxal da própria ontologia.

Entendendo que a psicanálise não inventa o sexo, o sexual ou a sexualidade, e que existe uma história prévia destes conceitos ao saber psicanalítico, nos dispomos a problematizar as repercussões dessa entrada no campo do sexual para sua formulação e desenvolvimento teórico. É importante ressaltar que o conceito de sexualidade foi inventado e produzido em um contexto e historicidade específicos. Ele foi atrelado à categoria sexo, e passou a ser um modelo de constituição subjetiva e ao mesmo tempo um balizador central do projeto ontológico moderno (Davidson, 2004; Foucault, 2019). Dessa forma, quando a psicanálise se propõe a entrar nessa seara, ela se depara com questões do campo do sexual que se aglutinam à sua teorização, ora de maneira tangente, ora de forma direta. Além disso, em psicanálise não há uma formalização ou unificação de uma teoria da sexualidade, mas sim um posicionamento constante de enfrentamento às problemáticas apresentadas pela própria inconsistência do objeto sexual (Dunker, 2016). Essa entrada também arrasta as marcas das normas sexuais atadas à própria sexualidade.

Mesmo apresentando questões inovadoras para se pensar o campo do sexual e a sexualidade, não é possível afirmar que a partir de suas formulações Freud seja em si um teórico *queer*, feminista ou comprometido com as questões do sexual relativas às lutas políticas de seu

tempo. Sendo assim, alguns dos rastros normativos das convenções sobre sexualidade podem ser identificados na psicanálise; seja através dos posicionamentos políticos da comunidade psicanalítica, seja em uma manutenção epistemológica fadada ao fracasso, seja pelo seu corpo teórico e conceitual. Van Haute e Westerink (2017) defendem que a noção de sexual na teoria psicanalítica passou por modificações importantes ao longo das décadas e foi tornando-se cada vez mais normativa. Nesta linha eles sustentam que quando Freud elege a teoria do Complexo de Édipo como um dos alicerces da psicanálise, há aí uma tentativa de normatização do sexual que recai sobre a teoria das pulsões. Essa decisão produz efeitos no desenvolvimento, na continuidade e nos usos da teoria, principalmente considerando que o projeto de uma teoria da sexualidade da psicanálise disruptiva presente no texto *Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade* sofreu inserções normativas importantes ao longo das décadas subsequentes por meio de suas reedições.

Ausência de Sentido Primordial do Sexo

O sexual em psicanálise é primeiramente considerado um desvio constitutivo ontológico marcado por um paradoxo (Zupančič, 2023), suas transformações teórico-conceituais possibilitaram que este conceito fosse permeável à ontologia moderna da sexualidade. Uma ontologia que é definida pela binariedade sexual que centraliza a primazia simbólica do lugar patriarcal do falo, e que patologiza práticas sexuais e assunções de sexos que sejam *desviantes* da norma heterossexual vigente. Ou seja, há uma torção do que é apontado pela psicanálise acerca da primazia da ausência de sentido e do desvio sexual como um desvio constitutivo primordial do sujeito, para uma concordância e manutenção do que Preciado (2022) chamou de *epistemologia da diferença sexual*.

Aqui, quando falamos de sexualidade em psicanálise, nos referimos à definição da primeira edição dos *Três ensaios*: uma sexualidade sem evolução, sem um objeto delimitado e sem um horizonte final a ser atingido. Para falar da sexualidade (humana), Freud (2021a) demonstra como a libido (energia vital sexual) opera sempre em constante relação com a pulsão nas sobreposições entre os domínios físico e mental. A pulsão é justamente o ponto em que as tentativas de separação entre o mental, o cultural, o biológico e o somático não se sustentam mais. Zupančič (2023) infere que esse é um ponto indissociável e intransponível do entendimento do sujeito na perspectiva psicanalítica por não ser irreduzível a uma coisa ou a outra, além disso demonstra que a pulsão sempre opera em constante consonância entre os domínios. Essa relação se explicita na emergência do sujeito pela negatividade pulsional,

quando aquilo que pode ser significado a priori como instinto se mescla nas sobreposições de domínios. Vejamos:

Pela psicanálise, sabemos que a pulsão é independente do seu objeto (ou objetos) e que ela só existe e se produz em relação a um fazer que carrega o *ato sexual* como função primordial. Problematizando: o sujeito só emerge a partir da marca sexual. Mas como isso ocorre? Essa marca atua pela busca constante de uma satisfação (que é sempre parcial) pulsional, regida pela nossa energia vital (libido). Em termos mais práticos, consideremos a pulsão oral como exemplo: o ato da oralidade, que está presente na sexualidade infantil e persiste na experiência do sujeito até sua fase adulta, pode ser concebido de forma a comportar o ato de se alimentar como seu horizonte primário. Se esse ato em um primeiro momento surge como uma necessidade para a manutenção da vida por meio da nutrição promovida pela ingestão de alimento pela boca, posteriormente a pulsão oral irá buscar outro objeto.

O que a pulsão busca não é a nutrição, mas sim a repetição da satisfação que o ato de comer gerou na região oral (nos lábios, na língua, na mucosa bucal, nas extremidades da boca). Se considerarmos apenas o ato da nutrição, a satisfação produzida pela oralidade não é o horizonte primariamente desejado, mas sim um subproduto gerado pela satisfação da necessidade de comer. Em última instância, o que nos faz comer não é a nutrição proporcionada pelo ato de comer, mas sim a busca pela satisfação que esse ato produz. Assim, é a sua replicação pela busca dessa satisfação (parcial) que funciona como objeto. Ou seja: “o objeto primário da pulsão oral é a necessidade de satisfação que compreende a nutrição guiada pelo instinto, a satisfação se diferencia e é guiada por uma cadeia de objetos distintos” (Maiuri, 2023, p. 41).

A pulsão é o que proporciona a emergência do sujeito tal como o concebemos enquanto “sujeito moderno” — um sujeito cindido em sua relação com o surgimento e estabelecimento do saber científico (Lacan, 1998), as incursões coloniais e imperiais europeias sobre novos territórios subjetivos (Preciado, 2022) e a tentativa de captura de uma certa sexualidade enquanto dado fundamental ontológico (Foucault, 2021). Ela delimita uma ontologia moderna que possibilita a diferenciação entre o humano e o animal através do desvelamento da negatividade constitutiva do sujeito. Voltaremos a isso mais adiante.

É o conceito de pulsão que nos indica esse ponto radical de quebra ontológica entre o animal humano e o animal não-humano que reside no sexo. Não no sexo enquanto uma prática sexual ou uma definição simbólica de representação genital, mas na problemática do sexo enquanto um paradoxo constitutivo do sujeito. A problemática do sexo só pode se instaurar onde há essa sua valoração enquanto sexualidade, e condicionalmente, quando há uma

sobreposição de domínios em que o orgânico é somático-psíquico-pulsional-simbólico em um movimento de retroalimentação constante. Zupančič (2023) defende que os animais não sabem que não sabem (sobre a sexualidade, sobre o sexo), e que o humano sabe que não sabe. O sexo só é problemático para o sujeito porque ele é o cerne de sua constituição dado que seu radical é marcado pela primazia da ausência de sentido.

Essa marca da ausência de sentido só é possível na medida em que o sujeito é o sujeito do inconsciente - um sujeito coextensivo à sua própria emergência sexual. Esse paradoxo é produzido por essas sobreposições que se relacionam diretamente com os saberes do sujeito sobre o Eu e sobre si mesmo. Lacan (2008) nos direciona para esta formulação ao expor a centralidade da libido na realidade sexual que surge desde a emergência do sujeito enquanto tal. O autor destaca a centralidade da libido pela formulação freudiana de que a pulsão é um conceito fundamental. Posto isto, este paradoxo ontológico se produz justamente porque a “pulsão apreendendo seu objeto, aprende de algum modo que não é justamente por aí que ela se satisfaz” (p.164).

Desta maneira, é importante marcar a escolha do termo pulsão como ponto diferencial da noção pré-existente de instinto. Apesar de Freud também utilizar o termo “instinto” [*Instinkt*], por não comportar a questão ontológica constitutiva do sujeito que interessa à psicanálise, esse conceito não prospera na conceitografia psicanalítica. Em última instância, o instinto é um comportamento adaptado e hereditário compartilhado entre animais da mesma espécie que têm um objeto definido e, o mais importante, ele é invariável e compreende um *sentido delimitado*. Algo instintivo não depende das sobreposições entre físico, mental, corporal e cultural. Independentemente dos processos de afetação mútua, o instinto é diretamente atrelado a uma concepção vigente de sexualidade intrínseca ao regime biopolítico moderno contemporâneo. Ou seja, ele é correlativo à noção de sexo enquanto instinto reprodutivo, necessário para a construção da sexualidade do poder disciplinar (Foucault, 2019).

Para delimitar essa zona cinzenta entre o cultural e o biológico no sujeito, Freud, por meio da instituição do termo *pulsão* [*Trieb*], propõe uma transgressão epistemológica e política que marca: 1) uma indagação frente à manutenção da lógica biopolítica dos corpos, que se pauta na epistemologia da diferença sexual e se baseia no instinto, e 2) o caráter de imprevisibilidade do sexual, sendo algo pulsional que não comporta uma função delimitada voltada unicamente para a autoconservação ou reprodução (Maiuri, 2023). Além disso, ao conceituar a pulsão, o psicanalista promove uma diferença política transgressora que reverbera até hoje tanto na teoria psicanalítica quanto no campo do sexual contemporâneo. “Isso”, que habita a zona cinzenta

entre o cultural e o biológico no sujeito, é validado pela torção epistemológica proposta para demarcar um certo território nesse campo do sexual a partir do século XX.

Quando publicou *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 2016) em 1905, Freud demonstra a incoerência interna do regime normativo dos “instintos sexuais” sustentados pelo saber psiquiátrico que se orientava pela concepção de instinto. Por sua vez, a categoria de instinto sexual teve seu surgimento de maneira um tanto quanto inusitada. Segundo Davidson (2004), esse instinto seria uma categoria instituída pela psiquiatria que operaria na relação entre o corpo e a psique, um certo “sexto sentido” psíquico associado a um “instinto genital”. É desde essa aproximação com o sexual, que podemos localizar um gérmen teórico que se aproxima de uma conceitualização rasa e falha do que será posteriormente diferenciado, desenvolvido e nomeado como pulsão por Freud.

Uma Epistemologia Normativa do Sexual

A categoria de “instinto sexual” traz a marca da invenção do sexo no Ocidente como um sistema disciplinar herdeiro de uma ciência sexual (Laqueur, 2001). Isso significa que esse instinto só pode ser marcado por fatores determinantes singulares dentro de um conjunto de uma via epistemológica e ontológica específica (Davidson, 2004). A ideia central é que não apenas seu horizonte é a reprodução e expansão da espécie, mas toda prática sexual prescinde desse objetivo, e aquilo que foge a essa regra é considerado perverso. Para que essa afirmação seja sustentada, entretanto, é necessário que, anteriormente, haja a produção e dispersão do conglomerado disciplinar científico que Preciado (2022) denominou de epistemologia da diferença sexual.

Preciado (2022) aponta que essa epistemologia segue a regra da herança darwiniana da evolução das espécies e, na medida em que se difunde, transvalora significados que são situados como dados culturais e regionais para dados naturais biológicos universais. Em termos ontológicos, essa concepção carrega a marca da assunção de um sexo congruente com a norma binária ocidental homem/mulher, respondendo ao regime biopolítico. Laqueur (2001) defende que essa leitura só é possível após a passagem do antigo regime metafísico monossexual para o regime do dimorfismo sexual, que aconteceria a partir do século XVIII. Laqueur argumenta que o antigo regime monossexual se define por um monismo dos corpos e surge na Antiguidade. Ele é inspirado na filosofia neoplatônica de Galeno e nele há o entendimento de que existe apenas um sexo humano. Nesta perspectiva do sexo único, tanto o macho quanto a fêmea partem de uma mesma essência que se modifica *a posteriori* mediante à quantidade de calor e

ao nível de perfeição corporal. Sendo o homem mais perfeito na hierarquia, a teoria sustenta que este produz e retém mais calor, fazendo com que os órgãos sexuais (genitálias) sejam expulsos (por isso o pênis e os testículos ficariam visíveis). Em contrapartida, num corpo menos perfeito, a falta de calor resulta em um ser inferior que tem seus órgãos sexuais atrofiados e por isso se voltam para dentro (ou seja, temos a formação dos ovários e da vagina). Logo, o que o monismo sexual estabelece é que não há uma definição exata de uma diferenciação sexual que parte diretamente da materialidade genital dos corpos. A substância e a essência são as mesmas sempre.

Apesar de o historiador defender que há a passagem desse um regime para do dimorfismo sexual, essa é uma afirmação controversa. Helen King (2013) argumenta que essa passagem não ocorre de maneira tão clara e que não houve hegemonia do saber de um regime sobre o outro, mas que os dois regimes coexistiram simultaneamente desde a Antiguidade, implicando em uma dupla inscrição nas formas de se conceber o humano no seu registro sexual. Em outros termos, sabemos que os dois regimes existiram conjuntamente por períodos importantes, construindo vias epistemológicas divergentes e parcialmente complementares. De modo que há uma sobreposição dessas perspectivas.

Contudo, para Laqueur (2001), quando o regime do dimorfismo sexual passa a ser hegemônico, não apenas os genitais e caracteres sexuais secundários passam a ser determinantes na introdução material-corporal em duas categorias humanas, como também são transpostos para uma categoria de “essência transcendental” do ser. Aqui é onde o entendimento metafísico é transformado. Essa suposta essência se apoia ao mesmo tempo na universalização do saber ocidental como o único saber existente e na fundamentação de uma ordem binária de divisão sexual (Preciado, 2022); ou seja, masculino e feminino. Para que essa noção de essência seja instituída como uma verdade definidora do ser, é necessária uma consolidação prévia desse regime biopolítico, que toma sua forma mais delimitada na medida em que há a instituição dos Estados-nações como a organização social e política primordial das sociedades (Butler, 2014). Butler (2019) estabelece como a filosofia se apoiou na inteligibilidade da metafísica da substância como um discurso que essencializa e materializa o sexo como uma marca de definição e diferenciação do sujeito. Esse discurso é tomado como um dado pré-verbal (ou seja, pré-cultural, pré-social, “uma essência”) para construir essa narrativa regida pelos poderes disciplinares ocidentais. Entretanto, quando reduzimos essa essência à ontologia, nos deparamos com a realidade de que ela é falha em si mesma e, em termos psicanalíticos, ausente de sentido em sua própria assunção.

Não é possível reduzir o sexual a uma materialidade devido à sua constituição paradoxal. O sexo esbarra nos limites do genital, nos limites do gênero, nos limites do desejo nos limites hormonais, nos limites dos órgãos, nos limites da linguagem. Se definimos sexual como materialmente genital, temos uma questão limítrofe de significação, uma vez que diferentemente do que é disseminado pela epistemologia da diferença sexual (pautada no regime do dimorfismo anatômico), não existem apenas dois sexos, mas, segundo Fausto-Sterling (1993), no mínimo cinco. Partindo do seu estudo sobre os sexos humanos e sob a ótica da biologia, a autora enfatiza que o sistema de dois sexos não é adequado e não abrange a complexidade da sexualidade humana. Ela propõe que a forma mais condizente seria por meio da diferenciação por cinco vias e não apenas duas, sendo necessário a inserção de mais três categorias além do masculino e do feminino. Elas são: hermes (intersexuais que nascem com testículos e ovários), mermes (intersexuais que nascem com testículos e têm algum grau de desenvolvimento da genitália feminina) e fermes (intersexuais que nascem com ovários que têm algum grau de desenvolvimento da genitália masculina).

Além disso, Fausto-Sterling (1993) insiste que o dimorfismo sexual absoluto se desintegra ainda mais quando interrogado pelas bases da biologia. Seja a nível cromossômico, hormonal, gonadal, genital, das estruturas sexuais internas e do desenvolvimento de caracteres sexuais secundários, a definição do sexo pela materialização corporal varia muito mais do que é percebido visualmente. Sua discussão foi um ponto de extrema pertinência nos debates que se seguiram desde a década de 90 em relação à relevância de pessoas intersexuais na estrutura binárias da matriz heteronormativa que fundamenta a organização social contemporânea.

Nessa forma de organização social baseada na biopolítica, o sexo é transposto para “sexualidade”, sendo que a categoria sexualidade é em si um atributo exclusivamente humano - já que o humano *é o único que sabe que não sabe sobre o sexo*. As confusões surgem quando o campo do sexual é transvalorado para sexualidade e passa a operar ontologicamente sem a devida crítica dos atravessamentos e dos limites da biopolítica em sua formação. Isto é, considerar que existe uma correlação entre a assunção de um sexo, práticas sexuais permissivas, controle populacional e patologização de identidades que fogem à regra heteronormativa, não é apenas considerar uma via repressiva do sexo - como já colocado por Foucault (2019; 2021) e Freud (2016; 2021a; 2021b), mas também considerar os limites dos discursos ontológicos que operam a nível de uma norma. Ou, numa perspectiva freudo-foucaultiana sobre a categorização da sexualidade no Ocidente, a nível exclusivamente repressivo. A grande questão que se coloca é que o sexo não se reduz à repressão. Tanto Freud quanto Foucault apontam esses limites

quando falam, respectivamente, sobre os destinos das pulsões, traumas sexuais, deslocamento de sintomas e a dimensão generativa do poder.

A sociedade e o capitalismo não reprimiram a sexualidade; pelo contrário, eles deram-lhe um suporte discursivo e abriram um número infinito de espaços onde poderia proliferar, prosperar e – ao fazê-lo – ser lucrativo e um meio perfeito ou modelo de micropolítica e biopoder (controle) (Zupančič, 2016, p. 57, tradução nossa).

Sexual e seu Paradoxo Constitutivo

As tentativas de captura do sexual e seu agenciamento em vias de validação e lucro operam nessa dupla inscrição repressiva *versus* generativa das vias possíveis do sexual. Isso significa que, em vias ontológicas, o que diz algo sobre a constituição do ser é esse algo ausente de sentido em si mesmo. Seu sentido presentificado é produzido ao mesmo tempo em que pode ser (re)produzido também por meio de repressões. Porém, mesmo insistindo nas bases da epistemologia da diferença sexual (derivada do regime do dimorfismo sexual), nos deparamos com a impossibilidade de reduzir a ontologia do sujeito a uma predisposição sexual ou identidade sexualizada. O sujeito que emerge também o faz pela sua materialidade corporal, só que isso não o define em termos ontológicos - já que não há essência humana que repouse na genitalidade ou na organização hormonal.

Segundo Foucault (2021), “Na cultura moderna, o homem tornou-se objeto científico por ter-se revelado sujeito para a sexualidade e sujeito de sua sexualidade” (p. 45). Melhor dizendo, é a congruência entre a hegemonia da epistemologia da diferença enquanto discurso de verdade, o avanço científico como o único saber e as demandas biopolíticas dos recém-nascidos Estados-nações, que inserem a qualidade do sexo e da sexualidade como categorias definidoras do sujeito – produzindo uma *ontologia sexualizada*. É por meio da conceitualização de instinto genital, que o sexo é inserido na subjetividade do sujeito (Davidson, 2004). Um sentido prévio, um objeto único e delimitado, e a função da reprodução passaram a espelhar esse padrão ocidental de um sujeito domesticado pela matriz heterossexual normativa. Foucault (2019) argumenta que a sexualidade é uma criação necessária para que a biopolítica produza essa ontologia marcada pelo sexo (e pela diferença). É assim que o sujeito, tudo que ele é, e tudo aquilo que o define, parte da sua subjetividade sexualizada.

E é nesse ínterim científico, epistemológico e teórico que a psicanálise pôde emergir enquanto um saber análogo ao sujeito, que é coextensivo ao sexo, ao sexual e à sexualidade. É

importante pontuar que o interesse nesse campo eclodiu no Ocidente nos séculos que antecederam a criação e disseminação da psicanálise como um saber (Davidson, 2004). No entanto, o que permite que ela exceda os limites discursivos de seu tempo sobre o campo do sexual, é a forma como ela problematiza a natureza transgressiva do sexual, é como ela marca os impasses do sexo se colocando criticamente frente às tentativas de captura do sexo pela normatização binária biopolítica. Mais ainda, ao considerar as tensões relacionadas ao sexual como modelo de subjetividade, a psicanálise aporta uma alternativa à noção de indivíduo moderno que têm no seu cerne o conflito e a negatividade.

Assim, quando falamos de sexo, sexual e sexualidade na psicanálise, não há o desenvolvimento de uma via “correta” da sexualidade, nem um objetivo final sexual voltado para a reprodução, e nem uma separação entre a sexualidade emergente na infância e a sexualidade na fase adulta. Quando discutimos o campo do sexual na psicanálise, o que está em jogo prioritariamente é a ausência de sentido do sexo em nós sujeitos. Essa coextensão entre sujeito e sexual é o que funda a ontologia negativa da psicanálise. Pensar a ontologia como negativa é pensá-la marcada pela diferença em sua constituição. No entanto, é a própria diferença (seja ela razão, linguagem, tecnologia, cultura, etc.) que gera a circunscrição do humano em um lugar privilegiado dentro do reino animal.

A diferença é o que funda o sujeito. É a forma como ele emerge que permitiu a Freud elaborar o conceito de pulsão como um fio condutor na reflexão sobre sua natureza enquanto um “espaço de manifestação de certa ‘negatividade’” (Safatle, 2007, p. 158). A condição desviante da pulsão deriva dessa negatividade inerente à coextensão sexual na fundação do sujeito. A parcialidade da satisfação pulsional é aquilo que vai caracterizar essa perda em negatividade, em outras palavras: é através do desvio original da pulsão que Freud se depara com um impasse e o nomeia de “pulsão de morte”. Retirando a função de preservação vital da pulsão, Freud promove um giro epistemológico para marcar a impossibilidade da manutenção contínua da satisfação. Essa negatividade não anula o efeito positivo da economia vitalista gerada pelo ‘impulso’ sexual; ela permite que a pulsão (agora como pulsão de morte) se aproxime de um princípio de perda análogo à entropia na energética (Safatle, 2007). É assim que denominamos a negatividade como diferença: esse espaço paradoxal da parcialidade da satisfação pulsional.

A diferença não é lida enquanto diferença genital; o que é postulado em psicanálise é que o que funda o sujeito é sua retirada da dimensão da necessidade e o empuxo em direção à satisfação e ao reconhecimento. Lacan, em sua defesa da importância do retorno à Freud, argumenta que o que marca essa retirada do sujeito da “necessidade” é justamente sua entrada

na linguagem. A linguagem, como um índice negativo, é o que proporciona a marca do reconhecimento, ou seja, como afirma Freud (2014), o ego só se expressa em uma fórmula negativa em seu reconhecimento por meio do inconsciente. A partir dessa constituição negativa sexual, Zupančič (2023) defende o impasse ontológico produzido pela própria introdução e torção disso que faz o sujeito o que ele é.

Os Desvios Sexuais da Psicanálise

Por meio da leitura ontológica marcada por um binarismo, correspondente ao que Butler (2014) denominou de matriz heteronormativa compulsória, concebemos que há uma postura conservadora por parte da comunidade psicanalítica que, não apenas não se implica com a condição negativa da ontologia em psicanálise, como acaba reproduzindo um posicionamento de cunho político. Preciado (2022), utilizando-se desses discursos normativamente conservadores, critica a psicanálise por estar associada a uma epistemologia da diferença sexual que está fadada a um eterno fracasso. Essa crítica é concomitante às críticas de movimentos e teóricas feministas do século XX, dos estudos de gênero e do movimento *queer*. Esse posicionamento crítico indica a centralidade da cultura patriarcal na teoria psicanalítica, sustentada por uma primazia simbólica que é falocêntrica (Rubin, 2017) e que possibilita a manutenção da patologização da sexualidade humana pela via cishéteronormativa ao associar aspectos genitais a dados pré-verbais (Butler, 2014). Essa crítica também persiste dentro da própria comunidade psicanalítica. A centralidade do Complexo de Édipo e do Pai carrega também a denúncia de um trauma universalizado que, em conjunto com a manutenção de certas nomeações conceituais, promovem reverberações teóricas em direção a uma dimensão falocêntrica – e deveria ser revista. E, mais diretamente sobre a questão sexual, denuncia a constante dessexualização e deslibidinação da sexualidade dentro da própria teoria psicanalítica (Green, 1995).

Sendo assim, como pode a psicanálise, que parte de uma perspectiva potencialmente revolucionária e disruptiva, ser taxada de normativa, machista e binária, se defendemos que sua ontologia se baseia na ausência de sentido do sexo e na negatividade constitutiva do sujeito? Por que encontramos tantas críticas, tanto dentro da psicanálise quanto em campos relacionados a ela?

Como explicitado por Van Haute e Westerink (2017), há uma transformação conceitual importante na psicanálise que a orienta para uma direção conservadora e de normatização sexual. Eles ainda defendem que, apesar dessa crítica, essa mudança não está tão presente nos

primeiros anos em que a psicanálise começa a se desenvolver e a se estabelecer como um saber relevante e científico. É fundamental destacar que o que contribui para essas reverberações, é que para Freud (2006) a psicanálise deveria ser científica desde o início. Dito de outra forma, para Freud sustentar a cientificidade de sua teoria, a psicanálise precisa se afirmar como um saber científico em si. E é exatamente nesse ponto que surgem algumas complicações relacionadas à categoria sexual. Delimitar a psicanálise enquanto ciência também influencia a forma como ela se permite pensar o sexo, o sexual e a sexualidade ao longo de seu desenvolvimento.

Van Haute e Westerink (2017) analisam o processo normatizador por meio de uma revisão minuciosa das reedições do texto canônico da psicanálise, *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (Freud, 2016). Na primeira edição do texto, a sexualidade humana não possui um horizonte objetual definido é composta primordialmente pela relação entre a excitabilidade das zonas erógenas e o prazer originário da pulsão, demonstrando sua condição autoerótica e perverso-polimorfa. À medida que Freud enfrenta impasses teórico-clínicos e se depara com novas questões, ele retorna à sua teoria para integrar aspectos que pareciam soltos. O texto dos *Três Ensaio*, após sua publicação em 1905, foi revisado e reeditado ao longo de vinte anos: em 1910, 1915, 1920 e 1924. Em cada uma dessas edições, foram acrescentados parágrafos e notas de rodapé com a função de apresentar os “avanços teóricos” que a psicanálise havia desenvolvido desde a última edição.

Van Haute e Westerink (2017) criticam a noção de “progresso” implícita nas reedições dos *Três Ensaio*. Eles argumentam que, em vez de refletir um avanço teórico genuíno, essas revisões promovem uma normatização da psicanálise. Um exemplo notável é a incorporação do Complexo de Édipo como um pilar central da teoria psicanalítica. Em vez de representar um progresso, essa inserção enfraquece progressivamente a crítica à funcionalidade da sexualidade contemporânea no contexto do regime heteronormativo. Ou seja, ao invés de manter o sexual como algo primordialmente ausente de sentido e naturalmente desviante, a teoria se aproxima da normatividade biopolítica.

Quando Freud elege o Complexo de Édipo como um dos pilares fundamentais da psicanálise, ele incorpora elementos de um regime patriarcal como a base “saudável” da subjetivação dos sujeitos. Ou seja, os sujeitos são marcados ontologicamente pela assunção de um sexo discursivamente pré-definido. Ao não questionar a função social do mito de Édipo, Freud declara que há uma interdição da natureza perverso-polimorfa do sexual pela instituição da lei (Édipo) no princípio da história, estabelecendo essa particularidade da constituição subjetiva moderna como um dado universal atemporal. Essa operação deixa uma marca

ontológica, epistemológica e política tanto na teoria quanto nos desdobramentos clínicos da psicanálise. Ela não apenas normatiza a teoria, mas também influencia a forma como o sexual pode ser apreendido pela psicanálise a partir de então.

A publicação dos *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* não acontece de maneira lateral ao que vinha sendo produzido no campo psicanalítico, tanto que no mesmo ano também foi publicado outro texto de grande importância: o *Caso Dora (Fragmentos de uma análise de histeria)* (Freud, 2016). Van Haute e Westerink (2017) apontam a necessidade de pensar a interimplicação entre a teoria e a clínica psicanalítica e, principalmente, de lermos os *Três Ensaio* e o *Caso Dora* em conformidade. Isso significa que a proposta dos autores é sempre pensar a clínica e a teoria em consonância e em um processo de causação mútua. Essas duas publicações freudianas datam do mesmo ano e apresentam facetas sobre a questão do sexual que se interrelacionam: vemos que aí é sustentado o germen do desenvolvimento de um esboço sobre a teoria da sexualidade baseado nos impasses que a clínica psicanalítica apresentava. No referido caso, por exemplo, uma das marcas mais expressivas é justamente seu fracasso clínico; na implementação de intervenções de caráter normativo baseadas no sistema sexo-gênero ², Freud falha na análise da sexualidade de Dora – algo que não é possível de ser entendido pelo relato em análise, mas apenas através do conhecimento da história de Dora após seu período de análise.

Não é que, em relação às questões de sexualidade vinculadas à histeria de Dora, a primazia da ausência de sentido do sexual não aparecesse durante os atendimentos clínicos, mas, politicamente, para Freud era preciso apresentar relatos que pudessem ser validados pela concepção científica vigente em sua época. A ascensão do Complexo de Édipo como um pilar estrutural da teoria não se solidifica apenas clinicamente; ele tem uma função política importante na forma como a psicanálise se associa a certos moldes patriarcais. Vale ressaltar que Freud estava às voltas com a teoria do Édipo três décadas antes de formalizá-la em 1924 com a publicação de *A dissolução do Complexo de Édipo* (2011). Nesse meio tempo, a inserção desse conceito na formulação da teoria das neuroses, nas teorias do sujeito e nas ramificações sobre o sexo, foi sendo inscrita paulatinamente na psicanálise.

A Coexistência Paradoxal

De maneira análoga à coexistência do regime monossexual e do regime do dimorfismo sexual evidenciado por King (2013), a questão do sexual na psicanálise coexiste em sua via mais disruptiva (do paradoxo da ausência de sentido) e em sua via mais normativa. Não há uma

anulação teórica constitutiva, uma vez que a contradição constante é proporcionada pela primazia da clínica frente à teoria na psicanálise. Esta é em si antinômica. Se a descoberta freudiana da ausência de sentido do sexo nos proporciona uma guinada para um movimento de dessencialização e desidentificação do sexo na ciência, a via disruptiva e revolucionária contrarreativa não se justifica sem outros dispositivos que a atravessam e, ainda mais, não se sustenta politicamente na teoria psicanalítica. Após percorrer essa argumentação sobre sexo, sexual e sexualidade em psicanálise, o que indagamos é: uma vez que há essa coexistência, por que dentro do campo do sexual há uma vertente da psicanálise que insiste em situar a norma sexual em um altar sagrado, associada a uma representação heterocentrada (cis)temática?

Defendemos que, apesar de a clínica ser soberana em relação à teoria, a psicanálise não escapa ao viés político presente na ciência e em outros saberes contemporâneos. Stengers (1993) discute extensivamente a indissociabilidade entre escolhas, posicionamentos discursivos e a dimensão política do saber em sua obra. A filósofa afirma que essa dimensão política velada do saber promove contingências significativas na ciência (ou seja, em saberes acoplados ao sentido de verdade), e que essa relação não é simples: ela sustenta que a dimensão política interfere tanto na epistemologia quanto na ontologia. Como pontuado, apesar de ressaltar essa inseparabilidade, a ausência de consideração ou exclusão da dimensão política não descredibiliza a perspectiva epistemológica ou ontológica em questão, mas a situa em um determinado domínio – que não será nem universal nem total.

É assim que, sobre o campo do sexual, a psicanálise também comporta essa dimensão política velada, mas isso não anula nem deslegitima sua teoria. Ambra (2022) defende que a primazia da clínica em relação à teoria promove um processo retroalimentativo constante, e exemplifica como aspectos inerentes à teoria tangenciam uma definição epistemológica e ontológica nos encontros com outras categorias que, à princípio não estariam diretamente na conceitualização teórica da psicanálise, como é o caso da categoria de gênero. Sendo assim, o autor também observa que a teoria psicanalítica, longe de ser uma teoria fechada, pronta ou total, é entendida como um instrumental a ser constantemente revisitado pela clínica e, caso apresente alguma insuficiência, revisada e problematizada. Isso inclusive implica diretamente em revisões sobre as reverberações que sustentações políticas podem causar e reproduzir tanto teórica quanto clinicamente.

Essas escolhas aparecem difusas ao longo da teoria devido à própria condição paradoxal que o sexo promove. Sendo um objeto complexo, indisciplinar e multifacetado, o sexo insiste em se rerepresentar constantemente de formas variadas na teoria. Como não há uma formulação unificada de uma teoria da sexualidade na psicanálise, o que vemos são fragmentos dispersos

por toda sua teoria – o que faz com que o sexual constantemente esteja presente em toda parte e em lugar nenhum ao mesmo tempo (Dunker, 2016). Essas afirmações vão de encontro à problemática da ontologia nos âmbitos do sexual, já que ela é coextensiva ao sexual através da categoria de sujeito.

Considerações Finais

Uma posição psicanalítica frente às questões sexuais é uma posição que sustente essa ausência de sentido do sexo, seu paradoxo, seu curto-circuito (Zupančič, 2023) na ontologia e na epistemologia do seu próprio saber. É não recuar frente às problemáticas que se reatualizam, sem cair nos usos requeridos pelo biopoder. Se Preciado critica a psicanálise por sua associação a uma epistemologia falha e insustentável, Gherovici (2022) concorda em parte: para a psicanalista, essa crítica se justifica quando denuncia os maus usos da psicanálise por parte da própria comunidade psicanalítica e quando aponta essa postura conservadora que não comporta a primazia de uma teoria revolucionária (e com potencial disruptivo que a psicanálise pode carregar). Para sustentar essa primazia, é necessário que os psicanalistas se posicionem de acordo com uma certa radicalidade do legado freudiano disruptivo. Uma posição que sempre (re)coloque em questão os atravessamentos normativos que se situam no vão entre a produção teórica e a experiência clínica. É necessário que considerem os jogos de valores constantes que vão sendo absorvidos sorrateiramente na teoria por um disfarce de universalidade transcendental.

Afirmamos então que para a psicanálise, o sexo é desprovido de sentido por representar o lugar da contingência como um fator primordial. A sexualidade, por sua vez, é um campo de contingência infinita dos corpos, um espaço permeado pela negatividade primordial sexual que existe de forma coextensiva ao sujeito. Em relação aos corpos, aos sujeitos e seus sexos: a questão é que conceber a existência de um, dois ou mais sexos – segundo Fausto-Sterling (1993) para a biologia no mínimo cinco –, é conceber o que é contingente às formas possíveis do sexo ser literalizável e materializável (em certa medida, pois há limites) pela linguagem atravessada pelo inconsciente. Ou seja, é compreender que a psicanálise também é coextensiva ao sexual uma vez que “[...] opera sobre os ecos da linguagem no corpo” (Gherovici, 2022, p. 49).

Como a coextensão entre sujeito e sexual é o que funda a ontologia negativa da psicanálise, é a parcialidade da satisfação que, através da perda, pode transpor seus domínios e permitir que estes se sobreponham. Defendemos a hipótese de um sexo *nonsense* para a psicanálise. Seu lugar em nossa teoria do sujeito questiona a soberania não só da razão, mas da

própria corporeidade unitária e cisheterossexualmente complementar. Do ponto de vista do inconsciente, o sexual é o fiel da balança analítica que permite o traçar de fronteiras entre o absurdo e a representação, entre o dentro e o fora, entre o psíquico e o somático (Freud, 2021a). Este lugar epistêmico e metodologicamente ímpar que a doutrina psicanalítica confere ao sexo resulta num sexo aparentemente anormal e sem sentido, mas que constitui, ao fim e ao cabo, nosso núcleo ontológico mais fundamental.

Referências

- Ambra, P. (2022). *O ser sexual e seus outros: Gênero, autorização e nomeação em Lacan*. Blucher.
- Butler, J. (2014). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. n-1.
- Davidson, A. (2004). *The emergence of sexuality: Historical epistemology and the emergence of concepts*. Harvard University Press.
- Dunker, C. (2016) *Por que Lacan?* Zagodoni.
- Fausto-Sterling, A. (1993). The five sexes: Why male and female are not enough. *The Sciences*, 32(2), 20-24. <https://doi.org/10.1002/j.2326-1951.1993.tb03081.x>
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2019). *História da sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. Paz e Terra.
- Foucault, M. (2021). *Sobre a sexualidade: Cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do Collège de France*. Zahar.
- Freud, S. (2006). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII: *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. Imago.
- Freud, S. (2011). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *Sigmund Freud Obras Completas vol. 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Companhia das Letras.
- Freud, S. (2014). *A negação*. Cosac Naify.
- Freud, S. (2016). *Sigmund Freud, Obras completas, vol. 06: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos*. Companhia das Letras.

- Freud, S. (2021a). As pulsões e seus destinos. *Obras incompletas de Sigmund Freud* (Vol. 2). São Paulo: Ed. Autêntica. (Obra original publicada em 1915)
- Freud, S. (2021b). A vida sexual humana. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* vol. 7: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Autêntica.
- Gherovici, P. (2022). *Uma psicanálise por vir: Repensando a psicanálise no século XXI*. Aller.
- Green, A. (1995). Has sexuality anything to do with psychoanalysis? *International Journal of Psychoanalysis*, 76(pt. 5), 871-883.
- King, H. (2013). *The one-sex body on trial: The classical and early modern evidence*. Ashgate.
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In J. Lacan, *Escritos*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume Dumará.
- Laurent, E. (1997). Alienação e separação I. In R. Feldstein, B. Fink, & M. Jaanus (Orgs.), *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar Editor.
- Maiuri, G. P. (2023). *Problemas de sexo: Da ontologia à epistemologia em psicanálise*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP. <https://doi.org/10.11606/D.47.2024.tde-08042024-174719>
- Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Zahar.
- Rubin, G. (2017). Tráfico de mulheres: Notas para uma economia política do sexo. In G. Rubin (Org.), *Políticas do sexo*. UBU.
- Safatle, V. (2007). A teoria das pulsões como ontologia negativa. *Discurso*, (36), 151-192. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38076>
- Stengers, I. (1993). *As políticas da razão: Dimensão social e autonomia da ciência*. 70.
- Van Haute, P. & Westerink, H. (2017). *Deconstructing normativity? Re-reading Freud's 1905 three essays*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Zupančič, A. (2016). Biopolitics, Sexuality and the Unconscious. *Paragraph*, 39(1), 49-64.
- Zupančič, A. (2023). *O que é sexo?* Autêntica.

Conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

Disponibilidade dos Dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Nota sobre autoria

Giovanna Maiuri Prioste – conceitualização; análise formal; metodologia; visualização; investigação; metodologia; escrita - rascunho original e escrita - revisão e edição.

Pedro Eduardo Silva Ambra – supervisão e escrita – revisão e edição.

Notas

¹ A biopolítica é caracterizada pela forma como o biopoder é aplicado à gestão dos vivos pelas formas de governamentalidade emergentes na modernidade (Foucault, 2008).

² Sistema sexo-gênero é um termo primeiramente utilizado por Gayle Rubin (2017) para descrever as formas de relação estabelecidas a partir de processos de divisão generificadas nas culturas mediante a relação direta entre genitália-sistema, reprodutivo-lugar, social-desejo sexual.